PROJETO DE LEI 251/2025: expulsão de pessoas trans das Universidades Estaduais do Paraná

Educação

Coordenador(a) da atividade: Silvana OLIVEIRA

Raya Louise SILVA DE ALMEIDA[1]; Julia RIBEIRO CHIQUETTO[2], Silvana OLIVEIRA[3], Pascoalina Bailon de Oliveira SALEH[4].

Política de Cotas e Acesso ao Ensino Superior: Cursinho Popular da UEPG

Resumo: O projeto **Política de Cotas e Acesso ao Ensino Superior: Cursinho Popular da UEPG** apresenta ações de preparação gratuita para o vestibular e para o ENEM voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade social, aliando ensino crítico à divulgação das políticas de cotas. O objetivo consiste em contribuir para a democratização do acesso ao Ensino Superior, divulgar as cotas existentes na Universidade Estadual de Ponta Grossa e defender a implementação de cotas para pessoas transgênero. A metodologia abrange a apresentação das cotas nas aulas inaugurais do cursinho, discussões em sala de aula e ações externas em escolas públicas de Ipiranga/PR e Ponta Grossa/PR, além da participação em uma live no portal aRede e da publicação de uma Nota de Repúdio contra o Projeto de Lei nº 251/2025, em parceria com ANTRA e IBRAT. Como resultados, constatou-se o desconhecimento generalizado sobre as cotas e a relevância das atividades do projeto na formação crítica dos estudantes. Observou-se também que a tentativa legislativa de proibir cotas para pessoas trans ignora desigualdades estruturais e reforça discursos meritocráticos excludentes. Conclui-se que a continuidade da divulgação e defesa dessas políticas é essencial para ampliar a equidade e combater retrocessos e violências contra a população trans.

Palavras-chave: Cursinho Popular; Política de Cotas; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O Cursinho Popular da UEPG constitui uma das atividades centrais do Projeto de Extensão “Política de Cotas e Acesso ao Ensino Superior: Cursinho Popular da UEPG” e está em sua 5ª edição, tendo assumido diferentes formatos desde 2018 e contado, ao longo desse período, com importantes financiamentos públicos, especialmente do Estado do Paraná. A

[1] Bolsista do Programa Universidade Sem fronteiras; egressa do curso de Licenciada em Letras Português - Espanhol da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e mestranda do PPGEL (UEPG).
[2] Bolsista do Programa Universidade Sem fronteiras; egressa do curso de Licenciada em Letras Português – Espanhol da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e mestranda do PPGEL (UEPG).
[3] Professora coordenadora do projeto; Departamento de Estudos da Linguagem (DEEL); soliveir@upeg.br.
[4] Professora supervisora do projeto; Departamento de Estudos da Linguagem (DEEL); pbosaleh@uepg.br.

edição vigente iniciou suas atividades em fevereiro de 2025 e é financiada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, por meio do Programa Universidade sem Fronteiras e da Encomenda Governamental 2025 para a Extensão Universitária das IES Paranaenses, ambos com duração de 12 meses. Em maio de 2025, a Coordenação do Projeto submeteu a proposta ao 1º Edital da Rede Nacional de Cursinhos Populares, criada no âmbito do Ministério da Educação do Governo Federal, sendo o Cursinho Popular da UEPG selecionado, junto a centenas de outros projetos de todas as regiões do país, o que garantiu financiamento de bolsas e custeio entre julho e dezembro de 2025. Isso possibilita a manutenção de 3 turmas regulares, cada uma com 40 estudantes, com aulas de segunda a sexta-feira, das 14h às 17h, contemplando todos os principais conteúdos cobrados nos vestibulares da UEPG e no ENEM.

No que se refere ao aspecto histórico, conforme Pereira, Raizer e Meirelles (2010), o termo Cursinho Popular começa a ser utilizado pelos movimentos estudantis e sociais, nos anos 70, para dar início a uma proposta de Cursinho Pré-Vestibular gratuito destinado às pessoas que tinham acesso reduzido ou nenhum acesso à prática que as provas exigem, bem como de uma preparação que se aproximasse minimamente do que os estudantes dos cursinhos particulares tinham. Historicamente, com a capitalização do vestibular e a criação de um grande mercado em torno da preparação para estas provas, o acesso ao Ensino Superior, em especial cursos socialmente valorizados em universidades públicas, se tornou restrito a pessoas de determinados lugares sociais, pessoas de classe média e alta, em sua grande maioria brancas e cisgênero. Por consequência, o ensino voltado para estas pessoas é normativizado, universalizado, meritocrata e acaba desconsiderando a diversidade de vivências, tendo em vista seu caráter capitalista.

O Projeto Política de Cotas e Acesso ao Ensino Superior: Cursinho Popular, além do compromisso de preparar candidatos para as provas de Vestibular e ENEM que estão em condição de vulnerabilidade social, também se compromete com a divulgação das políticas de cotas e discussões pertinentes a este assunto. Em nosso processo de seleção, levamos em conta a situação de cada pessoa inscrita, isto é, analisamos a renda per capita, raça/etnia, gênero e deficiências. As ações afirmativas são essenciais para promover a equidade. Assim, são selecionadas para ingressar no Cursinho Popular da UEPG pessoas que vêm de Escola

Pública que têm menor renda. Também reservamos 50% das vagas para pessoas autodeclaradas negras, pretas, pardas ou indígenas e temos vagas prioritárias para pessoas com deficiência e pessoas transgênero. Isso é feito porque compreendemos que tais marcadores sociais dificultam o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho e a espaços educacionais.

Na UEPG, o sistema de cotas é dividido da seguinte forma: 40% de vagas para pessoas de Escola Pública; 10% de vagas para pessoas negras de Escola Pública; 5% de vagas para pessoas com deficiência; 5% de vagas para pessoas negras de qualquer percurso formativo. Essas cotas são divulgadas pelo nosso projeto para que as pessoas saibam que elas existem e, assim, possam usufruir de seus direitos ao tentar ingressar no Ensino Superior. Conforme a análise de Ramos (2020), as cotas são uma ferramenta para o combate às desigualdades estruturais e propiciam uma maior diversidade nas Universidades. Ao compreender os fundamentos dessa política, pessoas em situação de vulnerabilidade podem praticar direitos conquistados historicamente que têm por objetivo a equidade.

Nesse sentido, defender as cotas para pessoas trans na UEPG e nas demais Instituições de Ensino Superior do Paraná é nosso compromisso. Lima e Oliveira (2023) demonstram os desafios de acesso e permanência no ensino superior para essa população. Logo, é evidente que grande parcela desta população não tem oportunidades iguais na preparação para tais processos seletivos. Contudo, na Assembleia Legislativa do Paraná, está em trâmite o Projeto de Lei n° 251/2025 anexado ao Projeto de Lei nº 679/2024, que tem como proposta a proibição de cotas para pessoas trans nas Universidades Estaduais do Paraná. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo expor as incoerências de tais projetos bem como os discursos violentos que os permeiam.

OBJETIVOS

Divulgar a política de cotas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e defender a manutenção e implementação de cotas para pessoas transgênero.

METODOLOGIA

A divulgação da Política de Cotas ocorre no Cursinho Popular da UEPG já nas aulas inaugurais de cada turma. No primeiro dia de aula, nossos alunos passam a saber como funcionam as cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em sala de aula, as discussões são aprofundadas e podemos, com isso, avançar em direção à desconstrução de discursos que visam desmantelar tais políticas. Além disso, a divulgação também ocorre com alunos do Ensino Médio do Município de Ipiranga/PR e de algumas Escolas Estaduais de Ponta Grossa/PR.

Para além da divulgação, o Cursinho também se compromete com a defesa das cotas e a implementação de cotas para pessoas transgênero. No dia 08 de maio de 2025, participamos de uma *live* no portal de notícias local aRede com o intuito de divulgar o projeto. Utilizamos esse espaço também para repudiar o Projeto de Lei nº 251/2025 e defender a implementação de cotas para pessoas trans nas universidades brasileiras. Ademais, no dia 12 de maio de 2025, lançamos uma Nota de Repúdio em nosso Instagram (@cursinhopopularuepg), a qual foi divulgada e assinada por diversos coletivos, sindicatos e professoras/es da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Essa nota foi publicada em colaboração com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e teve mais de 76 mil visualizações.

Nesse sentido, a divulgação e a defesa das políticas de cotas são feitas por diversos meios com o objetivo de fomentar a discussão e alcançar o máximo de pessoas possível. Assim, podemos contribuir para que a população conheça as políticas de cotas e defenda a implementação destas para pessoas trans nas Universidades do Paraná.

RESULTADOS

Com a divulgação das políticas de cotas, alunos do Cursinho Popular da UEPG e do Ensino Médio de Escolas Públicas de Ipiranga/PR e Ponta Grossa/PR puderam compreender como funcionam as cotas e os direitos que possuem com a política de equidade no processo de ingresso no Ensino Superior. É notável o desconhecimento em relação a tais políticas e o esclarecimento que ocorre por meio das atividades do nosso projeto apresenta um impacto significativo, o que evidencia a necessidade da continuidade de tal divulgação.

Além disso, pensando nas discussões feitas sobre a implementação de cotas para pessoas transgênero nas universidades do Paraná e a proposição do Projeto de Lei 251/2025 anexado ao Projeto de Lei nº 679/2024, temos como resultado uma análise da conjuntura que leva a Assembleia Legislativa do Paraná a propor a proibição de tais cotas.

Primeiramente, a proposta argumenta que o ingresso nas universidades deve ser baseado em "capacidade individual, conhecimento técnico e mérito", desconsiderando as disparidades sociais existentes entre diferentes grupos na sociedade. Ou seja, parte da ideia de que todas as pessoas têm acesso igual à educação e que, portanto, têm igualdade de oportunidades para realizar provas de ingresso ao Ensino Superior, o que obviamente não é verdade. Pessoas transgênero são expulsas de casa, da escola e do mercado de trabalho, sofrendo violências brutais. Conforme apontado por Jesus (2013), a população trans enfrenta violências sistêmicas que impactam todas as áreas da vida. Logo, é evidente que grande parcela desta população não tenha oportunidades iguais na preparação para tais processos seletivos.

Ademais, ao mencionar a aprovação de tais cotas pela Unicamp, o projeto é ignorante sobre os critérios utilizados. Adjetivando o critério como "subjetivo", os proponentes evidenciam o desconhecimento a respeito das comissões de verificação e a eficiência demonstrada pelo histórico nos processos de verificação de cotas nas universidades do Brasil. Os diversos ataques sofridos pela população transgênero no Brasil e no mundo só aumentam, é preciso barrar retrocessos e lutar contra a transfobia diariamente! É urgente que as universidades implementem cotas para pessoas trans, a fim de mudar o cenário dessa população no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo projeto reafirmam a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social e de promoção da equidade no acesso ao Ensino Superior. A equipe compreende que a divulgação e a defesa das políticas de cotas não apenas informam os estudantes, mas também fortalecem a construção de uma consciência crítica diante de discursos meritocráticos e excludentes. Entre as principais motivações, destaca-se o compromisso em oferecer oportunidades a pessoas historicamente marginalizadas e em

enfrentar desafios relacionados ao preconceito, à falta de informação e à necessidade constante de combater retrocessos legislativos.

A experiência mostrou que a ação gera impactos significativos, estimulando a valorização dos direitos e o reconhecimento de lugares sociais. Como perspectivas futuras, considera-se a ampliação das atividades para alcançar mais escolas públicas da região, o fortalecimento de parcerias com coletivos e movimentos sociais e a continuidade da luta pela implementação de cotas para pessoas trans em universidades do Paraná. Além disso, pretendemos aprimorar a divulgação, de modo a ampliar o alcance e garantir que mais estudantes tenham acesso a informações que transformem suas trajetórias acadêmicas e de vida.

APOIO

Registramos nossos agradecimentos às agências de fomento por possibilitarem a manutenção do Cursinho Popular: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná; Programa Universidade sem Fronteiras; Encomenda Governamental para a Extensão Universitária das IES Paranaenses; Ministério da Educação do Governo Federal; Rede Nacional de Cursinhos Populares.

REFERÊNCIAS

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, DF: [s. n.], 2012.

LIMA, Maurício Barbosa de; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Desmunhecando e empretecendo a universidade: escrevivências de corpos pretos, afeminados e sapatônicos. **Pós**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S.L.], v. 13, n. 27, p. 173-195, jan./abr. 2023.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 86-96, jan./jun. 2010.

RAMOS, Márcia Ribeiro. **Branquitude e psicologia:** o estado da arte e relações étnico-raciais (2003-2018). 2021. Dissertação– Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Rio de Janeiro, 2021.